

DIREITO DO TRABALHO II
4º ANO - TURMA DO DIA

Coordenação e regência da disciplina: Profª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

Colaboradores: Profª Doutor Luís Gonçalves da Silva; Dr. David Carvalho Martins; Dra. Sara Leitão; Dr. Ricardo Bernardes

PROGRAMA ABREVIADO

PARTE II - SITUAÇÕES LABORAIS INDIVIDUAIS (Cont.)

I

FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (CONT.)

3. Deveres especiais na formação do contrato de trabalho
 - 3.1. Dever de informação
 - 3.2. Dever de não discriminação
4. Forma e formalidades no contrato de trabalho
 - 4.1. Regras especiais em matéria de forma no contrato de trabalho
 - 4.2. Forma e formalidades
5. Período experimental
6. Os valores negativos do contrato de trabalho: invalidade e convalidação do contrato de trabalho; relações laborais de facto
 - 6.1. A invalidade do contrato de trabalho: regras especiais
 - 6.2. A redução e a conversão dos negócios laborais inválidos
 - 6.3. A convalidação do contrato de trabalho

II

CONTEÚDO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

Secção I

Do conteúdo em geral e conteúdos especiais no contrato de trabalho

§ 1º - Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho

1. A fixação do conteúdo do contrato de trabalho: interpretação e integração do contrato de trabalho
2. Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho

- 2.1. Condição e termo no contrato de trabalho
- 2.2. Cláusulas limitativas da liberdade de trabalho na pendência do contrato de trabalho
- 2.3. Contratos de trabalho em união com outros contratos
- 3. Relação de trabalho típica e emergência de novos modelos de vínculo laboral
- 4. Delimitação geral e tipologia dos contratos de trabalho especiais
 - 4.1. Contratos de trabalho atípicos
 - 4.2. Contratos de trabalho especiais em razão da natureza da actividade

§ 2º - Contratos atípicos em especial

- 1. Contrato a termo resolutivo
- 2. Contrato de trabalho temporário
- 3. Contrato de trabalho a tempo parcial
- 4. Contrato de trabalho intermitente
- 5. Contrato de teletrabalho
- 6. Contrato de trabalho em comissão de serviço

Secção II Situação jurídica do trabalhador

§ 1º - A actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador

- 1. Delimitação geral
 - 1.1. A prestação de trabalho como dever principal do trabalhador: actividade ou disponibilidade
 - 1.2. O direito do trabalhador à ocupação efectiva
 - 1.3. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres integrantes e deveres autónomos da prestação principal
 - 1.4. Alguns deveres acessórios do trabalhador em especial: os deveres de lealdade, de obediência e de zelo
 - 1.5. Os deveres do trabalhador no contexto organizacional; em especial, a dimensão organizacional do dever de colaboração do trabalhador
 - 1.6. A actividade laboral e os direitos de personalidade do trabalhador
- 2. A delimitação da actividade laboral
 - 2.1. O âmbito do conceito de actividade contratada e a atribuição da função pelo empregador
 - 2.2. O regime de prestação das funções afins ou funcionalmente ligadas à actividade contratada
- 3. A variação da actividade laboral: a mobilidade funcional
 - 3.1. O sentido do princípio da invariabilidade da prestação

3.2. O regime do *jus variandi*

§ 2º - O local de trabalho

1. Determinação e relevância do local de trabalho; o princípio da inamovibilidade
2. A mobilidade geográfica do trabalhador
 - 2.1. Mudança transitória e a mudança definitiva do local de trabalho
 - 2.2. Mudança do estabelecimento

3º - Tempo de trabalho e tempos de não trabalho

1. Princípios gerais em matéria de tempo de trabalho
 - 1.1. Tempo de trabalho e direito ao repouso: descanso diário, semanal e anual
 - 1.2. A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar
 - 1.3. A conciliação entre o trabalho, a maternidade e a paternidade
 - 1.4. A maleabilidade do tempo de trabalho como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
2. Organização do tempo de trabalho
 - 2.1. Período normal de trabalho diário, horário de trabalho e período de funcionamento; tempo de trabalho efectivo e duração média do trabalho
 - 2.2. Horário de trabalho, intervalos de descanso e isenção de horário
 - 2.3. Trabalho suplementar
 - 2.4. Trabalho por turnos
 - 2.5. Trabalho nocturno
 - 2.6. Outras situações: trabalho a tempo parcial (remissão); jornada contínua; reduções do tempo de trabalho
3. Descanso semanal e feriados
 - 3.1. Período normal de trabalho semanal e dias de descanso
 - 3.2. Feriados
4. Férias
 - 4.1. Enquadramento constitucional do direito a férias
 - 4.2. Regime jurídico das férias
5. Faltas
 - 5.1. Delimitação e classificações
 - 5.2. Faltas justificadas: enunciado e regime
 - 5.3. Faltas injustificadas: enunciado e regime

Secção III

Situação jurídica do empregador

§ 1º - A remuneração e os deveres acessórios do empregador

1. Dever remuneratório e deveres acessórios do empregador
 - 1.1. O dever retributivo como dever principal do empregador e os deveres acessórios do empregador
 - 1.2. Classificação dos deveres acessórios do empregador: deveres patrimoniais e deveres não patrimoniais
 - 1.3. Os deveres de promoção da formação profissional e de garantia da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, em especial
2. Delimitação dos conceitos de retribuição e remuneração: retribuição, complementos salariais e outras prestações remuneratórias´
3. Princípios gerais e tutela do trabalhador em matéria remuneratória
 - 3.1. O princípio da suficiência salarial: o salário mínimo
 - 3.2. O princípio da igualdade remuneratória
 - 3.3. O princípio da irredutibilidade da retribuição
 - 3.4. A relativa intangibilidade da retribuição
4. Cumprimento do dever retributivo
 - 4.1. Tempo, local e modo de cumprimento do dever retributivo
 - 4.2. Outros aspectos relativos ao cumprimento do dever retributivo
5. O incumprimento do dever retributivo
 - 5.1. A mora no pagamento da retribuição
 - 5.2. O incumprimento do dever de pagamento da retribuição e a tutela dos créditos remuneratórios dos trabalhadores

§ 2º - O poder directivo

1. O poder directivo no elenco dos poderes laborais do empregador: poder directivo e poder disciplinar; poder organizativo; poder de vigilância ou controlo e poder regulamentar
 - 1.1. Aspectos gerais
 - 1.2. O poder organizativo e o poder de vigilância ou controlo;
 - 1.3. O poder regulamentar
 - 1.4. Conclusão: o poder directivo e o poder disciplinar como poderes laborais do empregador
2. Delimitação e características do poder directivo
3. Natureza e fundamento do poder directivo

§ 3º - O poder disciplinar laboral

1. O poder disciplinar no elenco dos poderes laborais
 - 1.1. Conteúdo do poder disciplinar laboral: a faceta prescritiva e a faceta sancionatória
 - 1.2. As funções do poder disciplinar laboral no contrato de trabalho
 - 1.3. Titularidade e exercício do poder disciplinar laboral
2. As infracções disciplinares
3. As sanções disciplinares
4. O processo disciplinar
 - 4.1. Princípios gerais
 - 4.2. Marcha do processo
5. Natureza e características do poder disciplinar laboral
6. Fundamento do poder disciplinar

III

VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

Secção I

Modificação e suspensão do contrato de trabalho

§ 1º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos de gestão

1. Transmissão do estabelecimento e transmissão da empresa
2. Cedência ocasional de trabalhadores no âmbito de situações empresariais de grupo
3. Mobilidade geográfica e funcional do trabalhador (remissão)
4. Suspensão do contrato de trabalho e redução do tempo de trabalho por motivo de crise da empresa
5. Suspensão da prestação de trabalho por motivos técnicos

§ 2º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador

1. Modificações do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador
2. Suspensão do contrato por motivos atinentes ao trabalhador
 - 2.1. Efeitos gerais da suspensão
 - 2.2. Licenças
 - 2.3. Pré-reforma

§ 3º - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

1. Evolução histórica da tutela acidentária dos trabalhadores subordinados
2. Regime jurídico dos acidentes de trabalho
 - 2.1. Delimitação do acidente de trabalho

- 2.2. Responsabilidade por acidente de trabalho
- 2.3. Ocupação e reabilitação do trabalhador
- 3. Doenças profissionais

Secção II

Cessação do contrato de trabalho

§ 1º - Enquadramento geral

- 1. Problemática geral e evolução normativa da matéria da cessação do contrato de trabalho
- 2. Tutela constitucional em matéria de cessação do contrato de trabalho: o princípio da segurança no emprego
- 3. Formas de cessação do contrato de trabalho

§ 2º - Cessação do contrato de trabalho por caducidade, por acordo revogatório e no decurso do período experimental

- 1. Cessação do contrato de trabalho por caducidade
- 2. Cessação do contrato de trabalho por acordo revogatório
- 3. Cessação do contrato de trabalho no decurso do período experimental

§ 3º - Despedimento por facto imputável ao trabalhador

- 1. O fundamento do despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 1.1. As situações de justa causa
 - 1.2. Os requisitos gerais da justa causa
- 2. O processo disciplinar para despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 2.1. Os princípios gerais do processo disciplinar para despedimento
 - 2.2. A marcha do processo
 - 2.3. A decisão de despedimento e a sua fundamentação
- 3. Ilícitude do despedimento: a suspensão e a impugnação do despedimento por motivo imputável ao trabalhador
 - 3.1. Suspensão e impugnação
 - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador
 - 3.3. Protecção especial de algumas categorias de trabalhadores

§ 4º - Despedimento colectivo

- 1. Fundamento do despedimento colectivo
- 2. Processo de despedimento colectivo
- 3. Ilícitude do despedimento colectivo e seus efeitos
 - 3.1. Impugnação
 - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador

§ 5º - Despedimento por extinção do posto de trabalho

1. Fundamento e requisitos
2. Processo
3. Ilícitude do despedimento por extinção do posto de trabalho e seus efeitos

§ 6º - Despedimento por inadaptação

1. Fundamento
2. Processo
3. Ilícitude do despedimento por inadaptação e seus efeitos

§ 7º - Cessaçã do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador

1. Resolução do contrato com fundamento em justa causa
 - 1.1. Situações de justa causa
 - 1.2. Regime jurídico
2. Denúncia do contrato
 - 2.1. Denúncia com aviso prévio
 - 2.2. Abandono do trabalho

§ 8º - Efeitos acessórios da cessação do contrato de trabalho

1. Deveres gerais emergentes da cessação do contrato de trabalho
2. Os pactos de não concorrência e a pós-eficácia dos deveres laborais
3. A prescrição dos créditos laborais

PARTE III

SITUAÇÕES JUSLABORAIS COLECTIVAS

I

ENTES LABORAIS COLECTIVOS

§ 1º - Associações sindicais

1. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo

2. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical e as suas manifestações
3. Delimitação geral, tipologia e características das associações sindicais
 - 3.1. Delimitação geral e características
 - 3.2. Tipologia
 - 3.3. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais
4. Direitos das associações sindicais
5. Exercício da actividade sindical na empresa
 - 5.1. Acção sindical na empresa
 - 5.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais na empresa
6. Relações da associação sindical com os associados
 - 6.1. Quotização sindical
 - 6.2. Liberdade sindical individual
7. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos

§ 2º - Comissões de trabalhadores

1. Breve panorama comparado sobre a figura das comissões de trabalhadores
 - 1.1. Apreciação geral
 - 1.2. Algumas tendências: as comissões de trabalhadores e a co-gestão na Alemanha; a negociação colectiva informal com as comissões de trabalhadores em França
2. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores no sistema jurídico português
3. Constituição, tipologia e organização das comissões de trabalhadores
 - 3.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 3.2. Tipologia
 - 3.3. Organização e funcionamento
4. Direitos das comissões de trabalhadores
5. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa
 - 5.1. Aspectos gerais
 - 5.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa

§ 3º - Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores

1. Delimitação geral
2. Regime jurídico

§ 4º - Associações de empregadores

1. Delimitação geral, tipologia e características
 - 1.1. Delimitação geral e figuras próximas: associações de empregadores e associações empresariais
 - 1.2. Tipologia e características
2. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores
 - 2.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 2.2. Organização e funcionamento
3. Direitos e deveres

§ 5º - Outros grupos laborais

1. Os grupos laborais *ad hoc* de trabalhadores no âmbito da empresa
2. As coligações *ad hoc* de empregadores para efeitos laborais

II

INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO

Secção I

Aspectos gerais

§ 1º - Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

1. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos convencionais e administrativos; instrumentos nacionais e comunitários
2. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva
3. A relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho

§ 2º - Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva

1. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
2. Tendências actuais da negociação colectiva
 - 2.1. A negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
 - 2.2. Os níveis da negociação colectiva; a negociação colectiva comunitária, a concertação social e a negociação ao nível da empresa

2.3. A negociação colectiva atípica

Secção II

Instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho

§ 1º - Convenção colectiva de trabalho

1. Delimitação e modalidades (remissão)
2. Processo de formação: a negociação colectiva
 - 2.1. Legitimidade para a negociação e celebração de convenções colectivas de trabalho
 - 2.2. Processo de formação: regras gerais e especiais
 - 2.3. Forma e formalidades
 - 2.4. Depósito, publicação e entrada em vigor
3. Conteúdo das convenções colectivas de trabalho
 - 3.1. Fixação do conteúdo: a interpretação e a integração das convenções colectivas
 - 3.2. A delimitação do conteúdo: o conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo; conteúdo obrigatório
4. Âmbito pessoal de aplicação das convenções colectivas
 - 4.1. O princípio da filiação e as suas extensões
 - 4.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho
5. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas
 - 5.1. Âmbito temporal das convenções colectivas: prazos de vigência e sobrevivência da convenção colectiva de trabalho
 - 5.2. Sucessão de convenções colectivas: denúncia e princípio dos direitos adquiridos na sucessão das convenções colectivas
 - 5.3. Conflitos na revisão da convenção colectiva: a arbitragem
6. Natureza jurídica da convenção colectiva de trabalho
7. Regimes especiais
 - 7.1. A negociação colectiva na função pública
 - 7.2. A negociação e a contratação colectiva dos trabalhadores privados no âmbito da Administração Pública

§ 2º - Outros instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; decisão de arbitragem voluntária

1. Acordo de adesão
 - 1.1. Noção e conteúdo
 - 1.2. Processo de formação
 - 1.3. Publicação e entrada em vigor

2. Deliberação de arbitragem voluntária
 - 2.1. Princípios gerais e funcionamento da arbitragem laboral
 - 2.2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

Secção III

Instrumentos administrativos de regulamentação colectiva do trabalho

§ 1º - Portaria de extensão

1. Noção e evolução histórica
2. Admissibilidade e elaboração
3. Publicação e entrada em vigor
4. Âmbito de aplicação
5. Natureza jurídica

§ 2º - Portaria de condições de trabalho

1. Noção
2. Admissibilidade e elaboração
3. Publicação e entrada em vigor

§ 3º - Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária

1. Admissibilidade e trâmites
2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

III

CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO

Secção I

A composição dos conflitos colectivos de trabalho

1. Princípios gerais
2. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos
 - 2.1. Conciliação
 - 2.2. Mediação
 - 2.3. Arbitragem (remissão)

Secção II

Greve

§ 1º - Delimitação geral

1. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas
 - 1.1. Delimitação geral da greve
 - 1.2. Tipologia dos comportamentos grevistas: greves em sentido próprio e greves impróprias; greves típicas e greves atípicas; greves laborais e greves não laborais; greves sindicais e não sindicais
2. Enquadramento jurídico da greve: evolução histórica e panorama comparado
3. Enquadramento constitucional do direito à greve no sistema português

§ 2º - Regime jurídico

1. Processamento da greve
 - 1.1. Decisão, declaração e pré-aviso de greve
 - 1.2. Duração, termo e prorrogação da greve
 - 1.3 Representação dos trabalhadores durante a greve
 - 1.4. Piquetes de greve
 - 1.5. Princípio da não substituição dos grevistas
2. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho
3. Serviços mínimos
 - 3.1. Tipologia
 - 3.2. Definição
 - 3.3. Regime de prestação
4. Limites convencionais e gerais do direito de greve
 - 4.1. Princípios gerais
 - 4.2. O dever de paz social
5. Ilicitude da greve
6. Natureza jurídica do direito de greve
7. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais

Secção III

Lock-out

1. Conceito, modalidades e figuras afins
2. Enquadramento constitucional e regime jurídico
 - 2.1. A proibição constitucional do *lock-out* e o princípio da paridade de armas
 - 2.2. Regime jurídico

Elementos bibliográficos obrigatórios

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2020, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2019, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2020

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Negociação Colectiva Atípica*, Coimbra, Almedina, 2009

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Lei da Greve Anotada*, Lisboa, ed. Lex, 1994

RAMALHO, Maria do Rosário Palma / BORGES, Isabel Vieira (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 8ª edição, Lisboa, AAFDL, 2019